

Duelo Enquanto a população não está toda vacinada, a ideia de um salvo-conduto para os já inoculados divide opiniões

Cláudia M.
de Aguiar

Eurodeputada do PSD,
Coordenadora do PPE da "Task Force"
do Turismo da Comissão TRAN



Miguel Oliveira
da Silva

Professor catedrático
de Ética Médica da FMUL

O CHAMADO 'PASSAPORTE' DE VACINAÇÃO É UMA IDEIA POSITIVA?

SIM O 'passaporte' de vacinas, denominado certificado de vacinação, está já a ser definido por vários países, empresas e entidades internacionais. É, pois, perante este cenário que julgo urgente o debate nas instituições europeias. No momento presente é importante garantir a existência de uma clara definição e implementação de princípios, ou seja, protocolos e certificados comuns e harmonizados digitalmente. Este debate é crucial no sentido de evitar, uma vez mais, um conjunto de medidas avulsas e unilaterais que em nada abonarão favoravelmente à tão esperada retoma gradual da indústria do Turismo e Viagens, que todos ansiosamente aguardam para o início da época de verão. Contudo, há dois elementos que devem ser fundamentais neste processo, tem de ser evitada a discriminação de cidadãos que não tiveram acesso à vacina, não devendo ser utilizado como um pré-requisito para viajar, nem ser de implementação obrigatória.

Esta solução pretende facilitar a livre circulação, quer de cidadãos europeus quer de países terceiros. A pretensão é facilitar a mobilidade de quem já foi vacinado, sem que tenha de ser submetido a outros critérios, tais como o processo de testagem e/ou a quarentena. Este "corredor" poderá, se bem gerido, permitir que os cidadãos ainda não vacinados passem por procedimentos mais céleres nos aeroportos, portos e estações de comboios.

Mas estamos perante um sem-número de incógnitas, por exemplo, no que toca à eficácia das vacinas disponíveis na re-

dução da transmissão do vírus. O certificado não pretende isentar os cidadãos do cumprimento das medidas higiénicas e sanitárias relativas ao distanciamento social, uso de máscaras e desinfetantes. Inclusivamente, é essencial a definição de princípios comuns no que toca ao período de inoculação porque os dados científicos ainda não nos garantem que a vacina confere 100% de proteção ou a imunidade de grupo, nem por quanto tempo. Mantenho a posição assumida no Parlamento Europeu de um protocolo comum europeu de testes à partida, até se concluir a eficácia das vacinas e a vacinação em massa das populações.

Perante o cenário atual, de várias soluções deste certificado no mercado, julgo ser importante garantir que o mesmo seja digital e acessível, interoperável e universalmente aceite, que proteja a privacidade dos usuários e a confidencialidade dos seus dados. A indústria do Turismo e Viagens está a adaptar-se para a implementação de uma experiência cada vez mais *touchless* e *seamless*, por isso, é também importante proporcionar aos cidadãos plataformas ou aplicações integradas evitando uma panóplia de soluções disponíveis para os mesmos efeitos.

Seria importante a presidência portuguesa conseguir uma abordagem comum de certificado de vacinas contra a covid-19 para fins médicos.

A pretensão é facilitar a mobilidade de quem já foi vacinado, sem que tenha de ser submetido a testes ou quarentenas

NÃO O passaporte imunitário covid-19 é um descaminho ético. Baseia-se em premissas erradas, não demonstradas ou nem sequer demonstráveis. Gera e agrava discriminações, iniquidades e ilusões de segurança sanitária. Alimenta-se de várias incertezas, do nacionalismo e da disputa vacinal em curso. É um logro que importa prevenir. Para salvar algo do turismo e da economia a curto prazo não há que destruir alicerces de cidadania e da já tão maltratada solidariedade.

Só pode ter passaporte imunitário quem estiver vacinado.

Mas, estar ou não estar vacinado é algo que hoje não depende da vontade livre da esmagadora maioria das pessoas, antes, sobretudo, de quem define os critérios prioritários no acesso às escassas vacinas disponíveis. Logo, é uma

verdadeira injustiça penalizar com proibição de viagens quem não pode ser responsabilizado pelo seu estado de não estar vacinado.

Mais: o passaporte divide e discrimina idosos contra jovens, não políticos contra políticos, países pobres contra países ricos (mesmo dentro da União Europeia), negacionistas contra aqueles que querem ser vacinados — e pode, objetivamente, ser um meio que torna “obrigatório” algo que deve ser facultativo numa democracia sanitária e participativa digna deste nome.

Nos países afluentes ocidentais há muito quem, desejando-

-o, não consiga vir a ser vacinado até ao fim do próximo verão. Por uma soma de fatores: critérios de prioridades errados, erráticos e populistas; interpretações antagónicas de situações clínicas idênticas; decisores incapazes, pusilânimes e carreiristas; egoísmos vários, indefinição de critérios nas sobras, escassez da produção publicitada, entregas redirecionadas, retaliações, contratos mal feitos por eurocratas incompetentes.

A situação é ainda mais injusta com os cidadãos de países pobres em que, pura e simplesmente, não há hoje quaisquer vacinas nem dinheiro para as comprar. Na melhor das previsões aqui só se alcançará imunidade de grupo no final de 2023, também quando chegarem sobras “generosas” de países ocidentais que, cautelosamente, encomendaram e pagaram três a cinco vezes mais doses do que as que precisam — para prevenir eventuais quebras de produção, fornecimento, eficácia inferior à divulgada e mutações não combatidas pelas primeiras vacinas monovalentes.

Proíbe-se, então, estes milhões de pessoas de viajar até ao fim de 2023?!

Acresce que, como ninguém sabe quanto tempo dura a imunidade vacinal — e vamos precisar de anos para o saber —, corremos o risco de haver um passaporte vacinal cuja duração excede a da imunidade vacinal.

A situação é ainda mais injusta com os cidadãos de países pobres em que não há hoje quaisquer vacinas

